

# Antigo Presidente do Parlamento dos Açores defende círculo eleitoral próprio para a Europa

O antigo Presidente do Parlamento açoriano Reis Leite defendeu, esta Quinta-feira, a criação de um círculo eleitoral dos Açores ao Parlamento Europeu, face à sua condição de região ultraperiférica, consagrada no Tratado da União Europeia (UE).

Reis Leite - que também desempenhou funções governativas em executivos sociais-democratas nos Açores como Secretário Regional e de dirigente do PSD - considerou que “esta medida é fundamental”, numa primeira fase porque a Europa tem “cada vez um maior peso no futuro” das regiões ultraperiféricas.

“Os Açores, a Madeira e as Canárias, entre outras regiões ultraperiféricas têm problemas políticos específicos na UE, sendo imprescindível que tenham representação no Parlamento Europeu por parte de quem conhece o assunto”, declarou o historiador, que destacou que a maneira de garantir esta presença “não é com as boas ou más vontades dos partidos a nível nacional”. Tradicionalmente, os Açores conseguem colocar em lugar elegível para o Parlamento Europeu, através das listas nacionais do PS e PSD, dois deputados, mas o líder nacional dos social-democratas, Rui Rio, colocou o candidato indicado pela Direcção Regional do partido, Mota Amaral, em oitavo lugar, que, a avaliar pelas sondagens, não é elegível.

Para Reis Leite, como não existem partidos regionais, que são proibidos pela Constituição da República, a solução é “encontrar

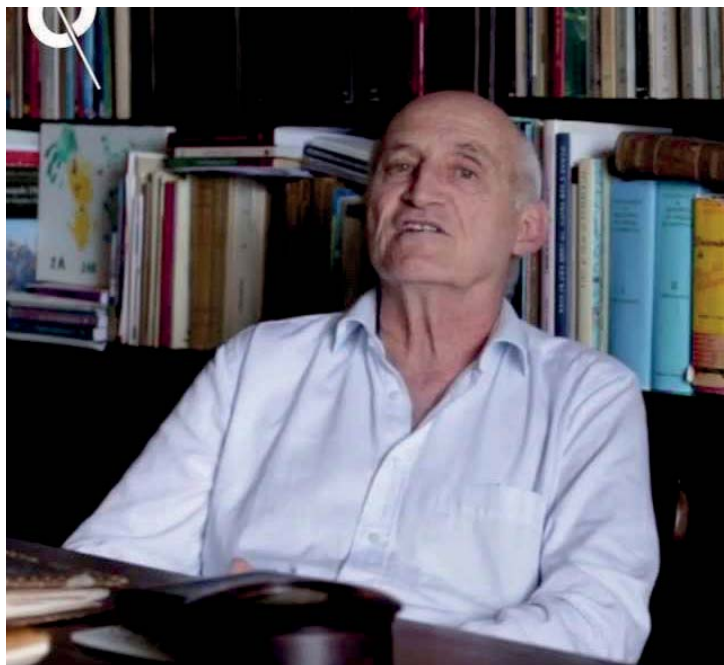
mecanismos constitucionais que garantam a representatividade política da Região Autónoma dos Açores”.

O antigo deputado pelo círculo dos Açores à Assembleia da República considera que os órgãos de governo próprio da Região, Parlamento e Executivo, “têm como obrigação pressionar o Estado para alterar este bloqueio político das regiões autónomas, em nome do interesse nacional”.

“É preciso catequizar o Estado. Uma vez que a integração europeia remeteu os Açores e a Madeira para a condição de regiões ultraperiféricas, que possuem regras e disposições políticas específicas no Tratado Europeu, é de todo do interesse nacional que haja uma representação política directa das regiões autónomas portuguesas”, declarou.

Confrontado sobre se os partidos nacionais como o PS e PSD, que reúnem a maioria de dois terços para promover uma revisão constitucional, estariam abertos a uma solução deste género, Reis Leite refere que estas questões “não se resolvem de um dia para o outro” e este “interesse regional e nacional já devia ter sido acautelado em tempos melhores do que os actuais”.

Reis Leite espera que este episódio “sirva de lição”, devendo-se “trabalhar politicamente para que este problema se resolva numa futura revisão constitucional, quando esta se puder realizar”.



Reis Leite espera que “este episódio sirva de lição”

## Sofia Ribeiro considera “terrível” que os Açores não tenham lugar elegível na lista do PSD às europeias

**Correio dos Açores - Qual é a sua opinião sobre o facto de o PSD/Açores não ter um lugar elegível na lista nacional do partido às próximas eleições europeias?**

**Sofia Ribeiro (deputada pelo PSD/Açores ao Parlamento Europeu) -** A minha opinião é a pior sobre esta situação. Obviamente, sou determinante contra este desfecho, lamentando a forma como este processo foi conduzido.

**Considera este um dia negro para o PSD/Açores?**

Sim, um dia negro para os Açores. Mais do que um dia negro para o PSD/Açores, é um dia negro para os Açores.

Tem de haver agora um grande trabalho por parte do PSD/Açores, essencialmente, para que não se abra aqui um precedente gravíssimo.

**Acredita que se pode alterar a posição do PSD/nacional?**

Neste momento já não, depois de uma apresentação pública e pela aprovação pelo Conselho Nacional do partido, os órgãos próprios já se pronunciaram. E, portanto, a partir daqui, e para esta legislatura, não creio que haja qualquer alteração. Este é que é o problema, é que isto não foi tudo preparado com a maior antecedência.

**O PSD/Açores deveria ter feito diligências há mais tempo para colocar um candidato da Região em lugar elegível na lista nacional do partido?**

Em Outubro, no Congresso em que Alexandre Gaudêncio tomou posse, manifestei que não me candidataria e disse, olhos nos olhos, ao Pre-

sidente do PSD/Açores que ele dispunha de uma condição que nenhum dos seus antecessores tinha tido até então. Que era tempo para poder encontrar a melhor solução ao Parlamento Europeu. E também disse que estaria totalmente disponível para trabalhar com ele, cooperar com ele no sentido de se encontrar a melhor solução. Aquilo que se verifica é que não houve qualquer tipo de articulação.

**O Dr. Mota Amaral não era uma boa solução?**

Não, antes pelo contrário, não é isto que está aqui em causa. É a necessidade de articular, antecipadamente, em vez de haver uma estratégia de comunicação fundada nos meios de comunicação social. Tem de haver articulação com respeito pelos órgãos institucionais do partido e com os vários membros que possam cooperar no sentido de criar uma rede de trabalho.

A estratégia foi outra, foi uma estratégia de comunicação na comunicação social.

**O que os Açores perdem por não terem um deputado no Parlamento Europeu?**

Para já, os Açores perdem uma ligação directa. Isto é óbvio. Isto representa não termos um interlocutor directo no Parlamento Europeu para defender as interrogações específicas que sejam europeias, que sejam necessárias atendendo esta situação, atendendo à nossa situação de ultraperiferia. E deixa de aproveitar, em primeira mão, aquelas que possam ser oportunidades que sejam criadas para as próprias regiões ultraperiféricas. Está aqui criado, logo em termos de representação institucional, um problema di-



Sofia Ribeiro indignada

recto e imediato quanto a esta defesa directa dos Açores.

Por outro lado, tendo as duas Regiões Autónomas apenas um representante no Parlamento Europeu, perde-se aqui o princípio da polaridade democrática na representação e na defesa dos Açores, o que é terrível.

**O PSD nacional diz que em redor da futura e eventual deputada do PSD/A Madeira, vão estar social-democratas açorianos. Acha isso suficiente?**

Não, de longe. Esta é também uma forma de desrespeito pela própria estrutura autónoma do PSD/Açores. Somos duas Regiões Autónomas que apenas têm em comum o Estatuto Político Administrativo. De resto, as realidades são com-

pletamente diferentes. Para além disso, aquilo que é o dia-a-dia do Parlamento Europeu, a acção de um deputado não pode nem é substituída pela acção de um assistente. O assistente é complementar ao deputado, dependente deste deputado e não pode pertencer aos mesmos órgãos deste mesmo deputado nem tem a capacidade de intervenção que este deputado tem. Um assistente nunca pode intervir em plenário....

**Em sua opinião qual deve ser a réplica do PSD/Açores?**

O Presidente do PSD/Açores já veio antecipar que não devíamos participar na campanha eleitoral. Agora, como eu tive oportunidade de referir no Conselho Regional do passado Sábado, o PSD/Açores não pode demitir-se de discutir as questões europeias e nem pode divorciar-se dos eleitores. Não podemos deixar uma porta aberta para um diálogo monopolizado e temos o dever de contribuir para a informação dos eleitores para que eles possam tomar decisões devidamente informados. Se não fizermos isto, estamos a afastar-nos dos princípios mais básicos da democracia.

**Já houve quem defendeu que o PSD/Açores devia apelar ao voto em branco?**

É sempre uma solução que está em cima da mesa. Todas as soluções estão em cima da mesa. Agora, é preciso é ver, a curto, a médio e a longo prazo também (o que é mais difícil) quais são as consequências disto. Nós temos eleições nacionais daqui a pouco tempo. Portanto, tem de haver uma coerência nas escolhas que foram agora feitas relativamente à acção futura do próprio PSD/Açores.

João Paz